



---

## **Escola pública: resistência em tempos de dissolução**

---

Por WALDÊNIA LEÃO DE CARVALHO

waldenialeao@gmail.com

Tempos de luta por direitos. Tempos em que a educação pública e seus sujeitos vivem dia após dia a defender a escola e a si mesmos dos ataques ao seu espaço de socialização e aprendizagem. Não haveria estranhamento se estivéssemos na busca pela conquista de novos direitos e não por aqueles que estão postos em leis vigentes, recém aprovadas e fruto de anos de debate em sociedade. Mas, o perigo é eminente e nós [escola] somos todos convidados a enfrentar esse monstro social que nos persegue e com isso nos recorda que é preciso estar sempre atento a luta pelos direitos.

A escola como instituição social é de certo modo um símbolo de resistência. Desde seu aparecimento vem a usurpar um lugar que não era seu, ou melhor vem a constituir-se a partir de um lugar que precisa ser firmado. Assim, usurpa a criança e o jovem do mundo do trabalho, e oferece a eles as possibilidades de conhecimento das coisas e das ideias postas em seu mundo. Atravessa, sem dúvidas, muitos momentos que representam esse paradoxo. A abertura para um espaço tempo dedicado ao saber, estabelece a participação dos indivíduos com base nos elementos do aprender e do ensinar. Excluindo qualquer (pré)condição que atrele seu estado econômico, étnico ou cultural a permanência ou não nesse espaço do saber.

Não há dúvidas de que o espaço de saber [escolar] sofreu na história muitas mudanças. Da antiga Grécia aos dias atuais a relação entre o mestre, o discípulo e o saber foi permitindo um movimento de reconstrução do lugar do conhecimento, hoje representado, para muitos, pela escola.

Pensar na escola, na escola pública, exige uma defesa do sistema educacional com bases democráticas. Talvez representadas na consolidação dos espaços e formas de participação, entre as mais urgentes estão: a gestão democrática; a valorização do professor; o respeito ao aluno; e, a consolidação do currículo diversificado e voltado a formação crítica,





compreendida como aquele que oferece as condições de análise crítico reflexiva da realidade social.

Hoje, quem assume a responsabilidade de manter o projeto democrático e o espaço escolar à serviço da sociedade, é ou deveria ser o estado, representado por suas instituições e, validado pela sociedade civil organizada. Ao estado caberia estimular uma política educacional nas bases da manutenção das conquistas históricas, reconstruindo o espaço público como meio de alimentar o debate social. Mas, em tempos marcados pelas injustiças, exclusão e miséria de uma parte significativa da sociedade brasileira. Em tempos que os meios de comunicação de massa se afirmam como formadores de opinião e propagadores de falsas ideias, urge resgatar a escola e sua dimensão pública.

No livro *Em defesa da escola: uma questão pública*, Jan Masschelein e Maarten Simons resgatam o sentido da escola e dialogam na busca de, entre tantos argumentos, defendê-la como espaço de afirmação do conhecimento de todos e para todos. Assim, resgatam o conceito de ‘tempo livre’, a *skholé*, como tradução mais comum e tão intensa da palavra escola. Sua força não está no sentido linguístico da palavra. Mas, no poder [das ações] que o direito por estudar provoca naqueles que a experimentam.

Ela [a escola] nos recorda de sua força, de sua resistência, de sua transgressão. Muitos talvez ainda estejam tomados pelos argumentos que insistem em sua destruição. Muitos até discordam da capacidade de renovação, a vejam na fragilidade dos acontecimentos que a envolve. Um dos mais comuns em nosso tempo é afirmá-la como um dos lugares do conhecimento contaminado pelas ideologias.

De certo que está afirmativa não pode ser negada. O conjunto de argumentos que formam explicações acerca do mundo, das pessoas estão na escola porque é no seu espaço que todos aprendem. Aprender é informar, conhecer, argumentar, refletir... O conhecimento científico abriga muitas ideias. O conhecimento do senso comum abriga muitas ideias. Por isso, a escola é um lugar das ideias, que dialogam, que se confrontam, que se complementam.

Ao mesmo tempo, é importante recordar que o termo ideologia aparece pela primeira vez no livro: *Eléments d’Idéologie*, de Destutt de Tracy, escrito em 1801. O termo passa a





representar uma ciência que atribui a origem das ideias humanas às percepções sensoriais do mundo externo. Ao longo do tempo vai sendo transformado, recebendo outras interpretações.

Marilena Chauí no livro: *O que é Ideologia?* ao descrever o histórico do termo diz:

O termo ideologia voltou a ser empregado em um sentido próximo ao do original por Augusto Comte em seu Cours de Philosophie Positive. O termo, agora, possui dois significados por um lado, a ideologia continua sendo aquela atividade filosófico-científica que estuda a formação das ideias a partir da observação das relações entre o corpo humano e o meio ambiente, tomando como ponto de partida as sensações; por outro lado, ideologia passa a significar também o conjunto de ideias de uma época, tanto como “opinião geral” quanto no sentido de elaboração teórica dos pensadores dessa época (CHAUÍ, 1998, p.11).

A (re)construção do conceito marca as modificações do tempo e dos contextos, assim falar da escola e sua ação ideológica é reafirmá-la como um lugar em que as ideias se encontram, interagem e, logo, são afirmadas, negadas ou reconstruídas. Esse é um movimento importante e necessário dentro do mundo que nomeamos de mundo do conhecimento.

Gostamos de reconhecer na escola a força que ela provoca nos grupos sociais e nos indivíduos quando passam a representá-los. Ou seja, a ser significativa, útil, e de certo modo, parceira no enfrentamento dos problemas e das adversidades da vida. Não vamos a escola apenas porque ela nos oferece a certificação. Mas, porque na certificação, ela nos oferece a possibilidade de conhecer e participar do mundo em que vivemos.

Jan Masschelein e Maarten Simons nos recorda da força da escola e buscam a absolvição das acusações que ela enfrenta. Eles dizem:

Também esperamos deixar claro que muitas alegações contra a escola são motivadas por um antigo medo e até mesmo ódio contra uma de suas características radicais, porém essencial: a de que a escola oferece “tempo livre” e transforma o conhecimento e as habilidades em “bens comuns”, e, portanto, tem o *potencial* para dar a todos, independentemente de antecedentes, talento natural, ou aptidão, o tempo e o espaço para sair de seu ambiente conhecido, para se superar e renovar (e, portanto, mudar de forma imprevisível) o mundo (MASSCHELEIN & SIMONS, 2014, p.).

A reunião do tempo livre e do bem comum tornam a escola um perigo. Por isso estamos todos ameaçados, professores e alunos [sujeitos de ação], que tem o currículo como o vilão ideológico. As disciplinas de cunho crítico reflexivo, como a filosofia e a sociologia, por exemplo, ameaçadas de exclusão no currículo escolar. Pensam seus opositores que seus conteúdos são subversivos, que agem [os professores] através da reflexão dos conteúdos



estudados, promovendo o pensamento crítico, uma forma de “alienação”. Logo, essa ação precisa estar fora da escola e da vida escolar dos alunos. Mas, a escola resiste, os alunos resistem.

A resistência torna-se símbolo da luta pelos direitos adquiridos. Há muitos motivos, mas vamos destacar a Medida Provisória nº 746, que aprovada recentemente, tornou-se a Lei nº 13. 415, de 16 de fevereiro de 2017 que altera a LDB, FUNDEB e CLT e realiza alterações no Ensino Médio brasileiro, conhecida como a Lei do Novo Ensino Médio. Para muitos, essa organização curricular aprofunda a separação social na medida em que cria dois momentos na formação escolar do jovem, o que podemos chamar de estudos gerais [áreas de conhecimento] e profissionalização [técnica e profissional]. Esse novo modelo formativo permite, segundo a lei, a organização dos itinerários formativos.

Art. 36. O currículo do ensino médio será composto pela Base Nacional Comum Curricular e por itinerários formativos, que deverão ser organizados por meio da oferta de diferentes arranjos curriculares, conforme a relevância para o contexto local e a possibilidade dos sistemas de ensino, a saber: I - linguagens e suas tecnologias; II - matemática e suas tecnologias; III - ciências da natureza e suas tecnologias; IV - ciências humanas e sociais aplicadas; V - formação técnica e profissional (BRASIL, 2017).

O texto ainda estabelece nesse mesmo Artigo em seu § 5º, que: “Os sistemas de ensino, mediante disponibilidade de vagas na rede, possibilitarão ao aluno concluinte do ensino médio cursar mais um itinerário formativo de que trata o **caput**” (BRASIL, 2017).

Ora, se a proposta do Ensino Médio demanda não só reorganização curricular, mas investimento nas redes de ensino do país. Como promover essa renovação se no ano de 2016, foi sancionada a PEC 55/2016 que estabelece teto para os gastos públicos. Não haveria uma contradição, na medida em que a escola necessitará de recursos financeiros, mas estes não poderão ser disponibilizados? E a chamada escolha do itinerário formativo com inclusão da profissionalização, não demandaria também a requalificação das escolas profissionalizantes ou técnicas do país? Para aqueles que desejam realizar curso superior, não estariam sendo prejudicados por uma organização curricular que não contempla os conteúdos exigidos para a avaliação de acesso as Instituições de Ensino Superior?





Todas as questões debatidas podem provocar, muitas respostas, mas uma preocupação cada vez mais forte é da maneira como está posta, teremos um aprofundando das desigualdades sociais, que a escola buscava superar quando oferecia um ensino médio igual a todos. É claro que, reconhecemos que isto não garante a igualdade, mas, não fortalece a divisão entre o mundo do trabalho e a universidade.

Em meio a tantos movimentos, a escola e seus sujeitos tomam para si o debate e tornam-se o centro do debate. A luta é contra ideias que retiram direitos e com isso embrutecem o espaço escolar, negando-o como lugar de resistência.

Michel Foucault no prefácio do livro *O Anti-Édipo*, de Deleuze e Guattari, que ele nomeia de O Anti-Édipo: uma introdução à vida não Fascista, diz que é preciso lutar contra o fascismo. Sugere alguns princípios essenciais.

- Liberem a ação política de toda forma de paranóia unitária e totalizante.
- Façam crescer a ação, o pensamento e os desejos por proliferação, justaposição e disjunção, e não por subdivisão e hierarquização piramidal.
- Livrem-se das velhas categorias do Negativo (a lei, o limite, as castrações, a falta, a lacuna) que por tanto tempo o pensamento ocidental considerou sagradas, enquanto forma de poder e modo de acesso à realidade. Prefiram o que é positivo e múltiplo, a diferença à uniformidade, os fluxos às unidades, os agenciamentos móveis aos sistemas. Considerem que o que é produtivo não é sedentário, mas nômade.
- Não imaginem que seja preciso ser triste para ser militante, mesmo se o que se combate é abominável. É a ligação do desejo com a realidade (e não sua fuga nas formas da representação) que possui uma força revolucionária.
- Não utilizem o pensamento para dar a uma prática política um valor de Verdade; nem a ação política para desacreditar um pensamento, como se ele não passasse de pura especulação. Utilizem a prática política como um intensificador do pensamento, e a análise como multiplicador das formas e dos domínios de intervenção da ação política.
- Não exijam da política que ela restabeleça os “direitos” do indivíduo tal como a filosofia os definiu. O indivíduo é produto do poder. O que é preciso é “desindividualizar” pela multiplicação e o deslocamento, o agenciamento de combinações diferentes. O grupo não deve ser o liame orgânico que une indivíduos hierarquizados, mas um constante gerador de “desindividualização”.
- Não se apaixonem pelo poder.

O autor nos convida com esse “manual” ao cuidado com as armadilhas do poder. Também pode servir para nos lembrar sempre que é preciso lutar e resistir. Esse convite, no entanto, deve servir a todos que fazem a escola.

Como nos dizem Gentili e McCowan (2010, p. 255),

Nesta era de solidão, a escola vive um raro paradoxo. Dela não se espera nada, e dela se espera tudo. A escola, dizem os exegetas da desolação, atravessa uma crise sem precedentes,





incapacitada, como ela está, de responder aos desafios que os novos tempos lhe impõem. Numa “sociedade do conhecimento” \_ dizem \_ a escola perde qualidade, dinamismo, flexibilidade e abandona a educação das novas gerações nas mãos dos meios de comunicação, das redes virtuais, da parafernália tecnológica que, em aparência, regula a vida dos indivíduos no presente e a regulará no futuro.

Essa escola desacreditada não é a escola que nós, professores e alunos, conhecemos. Ela está longe do discurso perverso e trágico que muitos professam. Ela, sem dúvida, dá sinais de sua vitalidade. O ano de 2016 foi um exemplo desse tempo de luta. As ocupações das escolas públicas estaduais e municipais em todo país proclamam aos quatro cantos do país que os jovens não se curvam, não se dobram ao modelo embrutecedor que atravessa suas vidas. Chamada de ‘Primavera Secundarista’ o movimento estudantil ao nomear o seu movimento de luta, faz referência à onda de protestos, revoltas e revoluções populares contra os governos do mundo árabe a partir do agravamento econômico e a falta de democracia.

“Se o presente é de luta, o futuro nos pertence” esta frase do manual de ocupação das escolas muito diz do trabalho que os alunos fizeram para consolidar uma prática de luta e resistência a favor da escola e da educação pública. O manual apresenta 8 (oito) estratégias:

(1) **Organize Assembleias**, As principais decisões devem ser discutidas e tomadas durante a assembleia, esse é um espaço onde todos os estudantes de maneira conjunta irão avaliar a situação em que se encontram e pensar em alternativas; (2) **Mantenha uma comunicação interna**. É fundamental que todas as decisões sejam levadas para o coletivo dos estudantes, inclusive aos que não estavam presentes nas assembleias. É importante que exista um grupo responsável por fazer as informações circularem dentro da ocupação, realizando informativos e cartazes, por exemplo; (3) **Realize atividades dentro da ocupação**. Podem e devem ser organizadas atividades culturais e debates como forma de fortalecer a ocupação. Essas ações contribuem para a ampliação do debate com a comunidade; (4) **Alimentação**. É necessário que um grupo de pessoas se responsabilizem por garantir a alimentação do grupo. Para isso é preciso avaliar as possibilidades existentes dentro da sua escola. Algumas direções tem interdito o acesso às cozinhas e aos mantimentos. Nestes casos, façam listas e peçam doações; (5) **Segurança**: A comissão de segurança deve ser a primeira a se organizar, pois precisa garantir a integridade do patrimônio da escola, evitando futuros problemas jurídicos. Também é responsável pelo controle de entrada e saída das pessoas. É importante que os estudantes tenham sempre em mãos documentos de identificação. Qualquer ação por parte da justiça ou da polícia militar só pode ser feita com a presença do Conselho Tutelar; (6) **Limpeza**: É fundamental que todos assumam coletivamente a tarefa de preservar pela limpeza dos espaços dentro das escolas. Nossa luta é em defesa da escolas, precisamos dar o exemplo!; (7) **Meios de comunicação**: Sabemos que a mídia tradicional é seletiva com as notícias e acabam por distorcer informações sobre a ocupação. Por isso é necessário que durante a assembleia definam-se um grupo de pessoas responsável por tirar fotos e gravar vídeos. As informações podem e devem ser encaminhadas para a página da UBES!; e (8)



**Apoio:** Busquem apoio de pais, professores, coletivos e da comunidade no geral. O apoio jurídico de advogados também é importante.

Organizados e esperançosos, eles, nossos alunos, reanimam a luta popular e declaram que estão dispostos a mostrar que a escola e seus sujeitos reconhecem as forças que estão alocadas nas ideias de um modelo de formação escolar, de sujeito escolar, logo de indivíduo social que sairá de uma proposta libertadora ou embrutecedora. Não respeitar os direitos conquistados num processo de debate social que durou anos é o mesmo que rasgar os pactos sociais e a democracia.

### **1.1. A Escola reinventa um lugar para todos: suspensão do privilégio da ‘natureza’ humana.**

A educação escolar em todos os níveis e modalidades representa o direito da sociedade em construir uma nação que seus sujeitos possam ser educados, escolarizados e passem a ocupar o lugar diferente daquele que ocupava anteriormente. Se hoje, o direito à educação representa uma condição inquestionável na medida em que a sociedade reconhece sua importância, reafirmada na legislação [Constituição Federal e LDB], também compreende sua ação na construção e no desenvolvimento social. Ambas condições, permitem que o tema da educação faça parte do discurso social, político e econômico. Mesmo que nem sempre represente a condição de valorização do tema e de seus sujeitos.

Foi sem dúvida, na antiga Grécia com o surgimento da escola grega e o rompimento com uma ordem ‘natural’ das coisas e das pessoas que se pode compreender os paradoxos que vive a escola ao longo de sua história. No momento em que ocorre a criação de um espaço para todos, de uma cisão com um modelo hierarquizado e excludente, e da organização de um modo diferente de agrupar jovens, se instaura um tempo diferente, muitas vezes divergente de um modelo consolidado de lidar com os indivíduos e seus saberes.

A escola grega promove uma “usurpação do privilégio das elites aristocráticas e militares” ao instituir um lugar para todos. Não há mais justificativa para não participar da classe do bom e do sábio (Masschelein & Simon, 2014). Elas estão definitivamente separadas das questões de origem, raça e natureza das pessoas.





[...] o mais importante ato que a “escola faz” diz respeito à suspensão de uma chamada ordem desigual natural. Em outras palavras, a escola fornecia *tempo livre*, isto é, tempo não produtivo, para aqueles que por seu nascimento e seu lugar na sociedade (sua “posição”) não tinham direito legítimo de reivindicá-lo. Ou, dito ainda de outra forma, o que a escola fez foi estabelecer um tempo e espaço que estava, em certo sentido, separado do tempo e do espaço tanto da sociedade (em grego: *polis*) quanto da família (em grego: *oikos*). Era também tempo igualitário e, portanto, a invenção do escolar pode ser descrita como a democratização do *tempo livre*.

Assim, a condição social dos indivíduos normalmente relacionada a sua origem [étnica, econômica] passa, com a escola, a ser desmontada. Contudo, essa ação que a nossos olhos impulsionou um estado [pedagógico] mais democrático e igualitário, passa a ser a condição, de alguns, do desprezo pela escola, ou seja, pelo que ela passa a representar ou a instituir. Permitir um lugar e um tempo dedicado ao saber, sem nenhuma condição *a priori* gerou “uma espécie de ódio dirigido à escola”. Passa ela a abrigar em si um paradoxo, de um lado viabilizando a condição do conhecimento e de certa forma, da libertação. E, de outro, acusada pela impotência de suas ações, responsabilizada pelo fracasso da não realização de sua função social.

Atualmente, as acusações são acrescidas das novas demandas modernas: empregabilidade, autogerenciamento, ideologização. Aparentemente questões que estão além do trato apenas pedagógico. Ora, se as questões não são pedagógicas, escolares por que enfrentamos um ataque a maneira como trabalhamos com o conhecimento? O que haveria de tão perigoso em ensinar os conhecimentos da ciência organizado nas disciplinas escolares? Por que alguns conteúdos, quando discutidos, passam a ser o problema da escola? Haveria conteúdos permitidos e outros proibidos? Por quê? Não estaria a escola cumprindo seu papel na medida em que atende a todos e todas, sem qualquer distinção?

Nas palavras de Gentili e McCowan (2010, p. 258),

A escola pode contribuir aprofundando ou diminuindo esses flagelos, é verdade. Mas, como não é no seu espaço onde eles se produzem, dificilmente ela, de forma redentora e prometéica, poderá eliminá-los. Nesse sentido, os argumentos que pretendem explicar a crise social a partir da crise da escola, longe de atribuírem um poder magnânimo às instituições educacionais, acabam desvalorizando (pela sobrevalorização) e deshierarquizando (pela sobre-hierarquização) as possibilidades e potencialidades efetivas da prática pedagógica. A mais cínica forma de confirmar o fracasso de uma instituição é exigir que ela faça aquilo que não pode, não deve ou não consegue fazer.







O reconhecimento das condições que formam/instituem os paradoxos que a educação ea escola enfrentam são necessários para pensar em alternativas pedagógicas. Os autores destacam a Pedagogia da Esperança como um caminho viável, e apresentam cinco desafios para a sua efetivação: (i) da igualdade pela igualdade; (ii) uma ética solidária e militante; (iii) ampliação do direito social à educação e na luta contra o monopólio do conhecimento; (iv) do exercício substantivo e real da democracia; e, (v) com um olho no passado-presente e outro no futuro (GENTILI & MCCOWAN, 2010, p. 258-271).

O primeiro desafio apontado pelos autores, diz respeito a efetivação de uma prática de igualdade, representada no direito ao acesso e a permanência na escola. Eles lembram que esta prática não pode ser compreendida na obrigatoriedade da lei, mas numa mudança de postura. Isso requer abertura da escola para todos os indivíduos. O desafio seguinte se refere a solidariedade como uma prática engajada na emancipação da educação e seus sujeitos. É um imperativo ético, em favor dos excluídos. É um ato de compromisso social e de luta pela transformação social.

O terceiro desafio trata de esclarecer o conceito de qualidade. Para os autores, ela deve vir atrelada a efetivação de uma política educacional democrática. No quarto desafio o tema da democracia aparece e se torna uma prática dos sujeitos escolares. O quinto e último desafio, resgata a esperança como uma conquista histórica.

Para lembrar desse universo da esperança e da luta, tomemos o conceito freireano de inédito viável. Como nos lembra o educador Paulo Freire o inédito viável é “algo novo ao alcance de nossas mãos”. A futuridade que os homens devem construir. Uma esperança que nasce do povo e para o povo.

Cada um desses desafios nos recorda que a educação como resistência, como transformação social é uma tarefa permanente. Ela vem de encontro a uma ordem natural das coisas e das pessoas. Sempre é importante lembrar que a suspensão de uma ordem natural das coisas pode e deve acontecer na medida em que passamos a compreender o espaço escolar, o conhecimento escolar, os sujeitos escolares como partes de um conjunto capaz de





provocar a si mesmo e ao mundo acerca das coisas que envolvem a construção de um mundo melhor.

## **1.2. Escola como espaço de efetivação do tempo-feito-livre**

Pode parecer estranho que estejamos novamente a argumentar a favor da escola como um todo, e da escola pública, em especial. Ou aquilo que Masschelein em Simons (2014) reafirmam como um tempo-feito-livre que é vivenciado a partir do espaço escolar que ofereça àquele que a habita a transcendência da “ordem social (econômica e política) e suas posições (desiguais) associadas” (2014, p. 29). Mas, esse exercício se faz necessário na medida em que é atual as questões postas a escola. Principalmente diante do que podemos chamar o retorno a um estado de privação da liberdade de conhecer. Pois, não estão nos negando o acesso à escola, mas determinando um tipo de escola que devemos ter acesso. É isso que não aceitamos.

Devido a essas qualidades democráticas, pública e de renovação, não é surpresa que a escola tenha provocado certo medo e perturbação desde as origens. É uma fonte de ansiedade para aqueles que podem perder alguma coisa através da renovação. Então, não surpreende que tenha sido confrontada com tentativas de domá-la desde o seu início. Domar a escola implica governar seu caráter democrático, público e renovador (MASSCHELEIN & SIMONS, 2014, p. 105).

Democratizar a escola, democratizar os conteúdos escolares. O que tem isso de tão assustador? Será a capacidade de construir participativamente um projeto de educação que abrigue um projeto social comum? Talvez o perigo esteja nos rondando de forma ainda mais assustadora. Ela não destrói a escola na forma institucional, mas desmonta os elementos que a faz ser espaço de efetivação do espaço-tempo-livre. Ela preenche o espaço institucional com tarefas utilitárias. De tal modo que não possam ser questionadas. Assim, controlam a escola tornando-a à serviço da sociedade [em que projeto de sociedade?], à serviço do mercado [ele absorverá a todos?], à serviço da tecnologia [que beneficia quem e quantos?].

Os inúmeros afazeres do escolar, tornam a tarefa de educar cada vez mais difícil. Principalmente porque a ela são cobradas tarefas que não estão na dimensão pedagógica. Ou ainda, “significa, acima de tudo, que a escola é incumbida de tarefas que são impossíveis de



serem cumpridas sem abandonar a própria escola” (MASSCHELEIN & SIMONS, 2014, p. 109).

Esses cuidados se impõem em face da necessidade de garantir a presença de todos, mas principalmente o direito a educação para todos e a afirmação [da escola] como um lugar de interrupção de um privilégio econômico, político e social. Ela é a possibilidade de vivenciar uma experiência de conhecimento a partir de práticas democráticas. Dito de outro modo ela tem um potencial de renovar as pessoas e seus mundos. Daí que a igualdade de estar na escola, de ter tempo livre para a escola e na escola, é essencialmente experimentar o conhecimento como um bem comum, um bem público.

### **Algumas considerações**

O desafio do escolar. Parece estranho que nos dias atuais, considerados tempos de conhecimento, a escola passe por momentos de desconstrução dos avanços produzidos por anos de lutas a favor de um projeto social mais democrático. A criminalização do professor; o enfraquecimento do currículo escolar que permita o acesso aos conhecimentos científicos para todos e todas; e, a exclusão do debate social, econômico e político nas disciplinas escolares, são alguns de tantos outros problemas que a escola e seus sujeitos passam a ser expostos.

O lugar do conhecimento, o lugar do tempo livre, da vivência de experiências e práticas que buscam o bem comum vem sendo fragilizadas. A escola vem perdendo a liberdade de criar, produzir e revelar formas de vidas adversas, ideias adversas. Mas, ela resiste na organização de seus alunos.

Colorida, informada, ocupada com crianças e jovens que cantam, brincam, debatem e propõem o futuro que querem. Os sujeitos da escola ensinam como enfrentar uma onda de intervenções nos seus espaços de aprender. As ocupações das escolas públicas em todo o país publicitam o debate social e convidam a sociedade a pensar a escola. Eles, ensinam que não amam o poder, não temem o poder. Essa é uma lição importante, sejamos seus aprendentes.





### Referências

BRASIL, Presidência da República. Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017. Altera as Leis nos 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494, de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e o Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967; revoga a Lei nº 11.161, de 5 de agosto de 2005; e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. Disponível em: <http://legis.senado.leg.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=251273&norma=270661> – Acesso em: 12 de março de 2017.

CHAUÍ, Marilena. O que é ideologia? Coleção Primeiros Passos. Editora Brasiliense, 1990.

FOUCAULT, Michel. O ANTI-ÉDIPO: UMA INTRODUÇÃO À VIDA NÃO FASCISTA\* Michel Foucault. Disponível em: [http://coral.ufsm.br/alternativa/images/O\\_anti-%C3%89dipo\\_uma\\_introdu%C3%A7%C3%A3o\\_%C3%A0\\_vida\\_n%C3%A3o\\_fascista\\_Michel\\_Foucault.pdf](http://coral.ufsm.br/alternativa/images/O_anti-%C3%89dipo_uma_introdu%C3%A7%C3%A3o_%C3%A0_vida_n%C3%A3o_fascista_Michel_Foucault.pdf) - Acesso em 12 de março de 2017.

GENTILI, Pablo & McCOWAN, Tristan (org.). Reinventar a escola pública: política educacional para um novo Brasil. 2 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

MASSCHELEIN, Jan & SIMONS, Maarten. Em defesa da escola: uma questão pública. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2014.

União Brasileira de Estudantes Secundaristas. UBES. Saiba como ocupar a sua escola. Disponível em: <http://ubes.org.br/2015/saiba-como-ocupar-a-sua-escola/> - Acesso em 12 de março de 2017.

TORRES, Carlos Alberto. Diálogo com Paulo Freire. São Paulo: Editora Loyola, 2013.